

Superfrio
Armazéns Gerais
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da Superfrio Armazéns Gerais S.A.

Ribeirão Preto – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Superfrio Armazéns Gerais S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Superfrio Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2020 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de

nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Combinação de negócios - Controladora e Consolidado

Veja as Notas 03, 6 (b) e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>No exercício de 2020, a Companhia adquiriu o controle da Logmaster Logística Integrada Ltda. Devido ao alto nível de julgamento relacionado ao reconhecimento e à mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos, do ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) e da determinação das informações que devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como contratos e atas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle; – Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos as premissas utilizadas, tais como a receita operacional bruta, as deduções, os custos operacionais, as despesas operacionais, o imposto de renda e a contribuição social, o <i>capex</i>, o capital de giro, a depreciação e a taxa de desconto e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo; – Avaliação dos cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado; e – Avaliação das divulgações apresentadas pela Companhia. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes imateriais que afetaram a mensuração e divulgação sobre a aquisição de negócio reconhecidas, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores reconhecidos e as divulgações sobre a aquisição de negócio são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Reconhecimento de receita – Controladora e Consolidado

Veja a Nota 8 (b) e 30 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>As receitas da Companhia e suas controladas são oriundas de prestação de serviços e o reconhecimento é efetuado com base nos serviços realizados até à data do balanço, para os quais é necessário determinar de forma apropriada o montante da receita a ser reconhecido, considerando os serviços prestados e faturados e também aqueles prestados mas ainda não faturados. Devido à relevância das transações, e ao fato da necessidade de controles envolvendo a avaliação do momento adequado do reconhecimento da receita nos termos do contrato firmado com cada cliente, incluindo a mensuração das receitas a faturar, que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Entendimento do processo de reconhecimento de receita relacionados aos serviços prestados e faturados e também aqueles prestados mas ainda não faturados;– Avaliação, em base amostral, de documentação suporte para o reconhecimento das receitas, tais como contratos, faturas e documentos de medição de serviços;– Avaliação de lançamentos não rotineiros efetuados nas contas de receita; e– Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 19 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

Superfrio Armazéns Gerais S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019	2020	2019
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	56.592	12.509	60.390	13.752	Fornecedores	19	11.379	8.377	16.138	11.253
Outros investimentos	11	-	386	-	386	Fornecedores convênio	20	2.652	-	2.652	-
Contas a receber de clientes	12	21.254	14.514	29.664	21.876	Empréstimos e financiamentos	21	21.396	75.826	23.037	75.826
Impostos a recuperar	13	1.200	3.618	4.969	5.881	Arrendamento a pagar	23	12.309	4.706	13.189	4.706
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		194	193	522	354	Debêntures	22	15.253	6.318	15.253	6.318
Despesas antecipadas		1.252	1.323	1.651	1.498	Salários, ordenados e encargos sociais	24	11.456	8.391	14.983	10.271
Estoques		951	438	1.721	770	Impostos e taxas a recolher		1.288	4.063	2.071	5.038
Outros ativos	14	4.791	4.976	7.260	5.664	Impostos parcelados	25	290	250	1.670	1.485
Total do ativo circulante		86.234	37.957	106.177	50.181	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	642	402
Não circulante						Dividendos a pagar	18	696	696	696	696
Outros investimentos	11	3.744	770	3.744	770	Outras contas a pagar	27	25.047	14.577	17.363	7.301
Empréstimos com partes relacionadas	18	342	3.353	-	-	Total do passivo circulante		101.766	123.204	107.694	123.296
Outros ativos	14	616	1.089	1.558	2.282	Não circulante					
Impostos a recuperar	13	-	2.142	-	4.302	Empréstimos e financiamentos	21	84.000	10.206	85.457	10.206
Ativo fiscal diferido	28	2.107	-	7.173	346	Arrendamento a pagar	23	74.699	38.971	75.688	38.971
Total do realizável a longo prazo		6.809	7.354	12.475	7.700	Debêntures	22	179.327	43.738	179.327	43.738
Investimentos	15	163.323	97.134	-	-	Impostos parcelados	25	2.297	2.293	12.544	9.219
Imobilizado	16	350.287	249.592	501.132	340.140	Provisão para demandas judiciais	26	1.314	1.537	17.450	7.130
Intangível	17	12.254	9.087	34.908	17.634	Outras contas a pagar	27	35.042	32.191	34.621	32.003
Direito de uso	23	80.648	42.316	82.536	42.316	Passivo fiscal diferido	28	-	6.156	3.337	8.264
Total do ativo não circulante		613.321	405.483	631.051	407.790	Total do passivo não circulante		376.679	135.092	408.424	149.531
						Patrimônio líquido	29				
						Capital social		165.100	115.100	165.100	115.100
						Reserva de capital		35.859	35.859	35.859	35.859
						Reservas de lucros		1.066	12.936	1.066	12.936
						Ajustes de avaliação patrimonial		19.085	21.249	19.085	21.249
						Total do patrimônio líquido		221.110	185.144	221.110	185.144
						Total do passivo		478.445	258.296	516.118	272.827
Total do ativo		699.555	443.440	737.228	457.971	Total do passivo e patrimônio líquido		699.555	443.440	737.228	457.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superfrio Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Receita líquida de serviços	30	117.374	90.466	172.636	123.096
Custos de serviços prestados	31	<u>(86.473)</u>	<u>(64.788)</u>	<u>(135.859)</u>	<u>(84.756)</u>
Lucro bruto		<u>30.901</u>	<u>25.678</u>	<u>36.777</u>	<u>38.340</u>
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas comerciais	31	(1.154)	(504)	(1.277)	(906)
Despesas gerais e administrativas	31	(33.871)	(22.709)	(34.645)	(24.813)
Outras receitas operacionais, líquidas	31	<u>1.888</u>	<u>174</u>	<u>3.589</u>	<u>910</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(2.236)</u>	<u>2.639</u>	<u>4.444</u>	<u>13.531</u>
Receitas financeiras	32	2.032	2.032	5.598	2.128
Despesas financeiras	32	<u>(25.342)</u>	<u>(15.460)</u>	<u>(29.512)</u>	<u>(16.187)</u>
Despesas financeiras líquidas	32	<u>(23.310)</u>	<u>(13.428)</u>	<u>(23.914)</u>	<u>(14.059)</u>
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	15	<u>3.248</u>	<u>10.847</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
(Prejuízo) lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(22.298)</u>	<u>58</u>	<u>(19.470)</u>	<u>(528)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	28	-	-	(1.798)	(846)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	28	<u>8.264</u>	<u>3.753</u>	<u>7.234</u>	<u>5.185</u>
Imposto de renda e contribuição social	28	<u>8.264</u>	<u>3.753</u>	<u>5.436</u>	<u>4.339</u>
Resultado do exercício		<u>(14.034)</u>	<u>3.811</u>	<u>(14.034)</u>	<u>3.811</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superfrio Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Resultado do exercício	(14.034)	3.811	(14.034)	3.811
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(14.034)</u>	<u>3.811</u>	<u>(14.034)</u>	<u>3.811</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superfrio Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Controladora	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	(Prejuízos) lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores
				Reserva legal	Reserva de lucros a destinar			
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>55.086</u>	<u>35.859</u>	<u>1.407</u>	<u>11.192</u>	<u>22.318</u>	<u>-</u>	<u>125.862</u>
Aumento de capital social conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 29 de março de 2019	29 a)	47.114	-	-	-	-	-	47.114
Aumento de capital social conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 22 de abril de 2019	29 e)	-	-	-	(4.000)	-	-	(4.000)
Aumento de capital social conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 27 de junho de 2019	29 a)	5.000	-	-	-	-	-	5.000
Aumento de capital social conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 23 de agosto de 2019	29 a)	7.900	-	-	-	-	-	7.900
Realização do custo atribuído ao imobilizado, líquido dos impostos	29 d)	-	-	-	-	(1.069)	1.069	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	3.811	3.811
Proposta para destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	29 c)	-	-	191	-	-	(191)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	29 e)	-	-	-	-	-	(543)	(543)
Reserva de lucros a destinar, proposta pela administração	29 c)	-	-	-	4.146	-	(4.146)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>115.100</u>	<u>35.859</u>	<u>1.598</u>	<u>11.338</u>	<u>21.249</u>	<u>-</u>	<u>185.144</u>
Aumento de capital social conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 27 de fevereiro de 2020	29 a)	50.000	-	-	-	-	-	50.000
Realização do custo atribuído ao imobilizado, líquido dos impostos	29 d)	-	-	-	-	(2.164)	2.164	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	(14.034)	(14.034)
Absorção de prejuízos com reserva de lucros		-	-	(532)	(11.338)	-	11.870	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>165.100</u>	<u>35.859</u>	<u>1.066</u>	<u>-</u>	<u>19.085</u>	<u>-</u>	<u>221.110</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superfrio Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		(14.034)	3.811	(14.034)	3.811
Ajustes para:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	(8.264)	(3.753)	(7.234)	(5.185)
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	-	-	1.798	846
Resultado na venda do ativo imobilizado	16	2.680	(82)	3.021	(98)
Depreciação e amortização	16, 17, 23	27.692	13.457	36.441	16.736
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos provisionados	23 e 35	22.007	13.140	22.379	13.001
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	15	(3.248)	(10.847)	-	-
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	203	(101)	173	173
Reversão de provisão para demandas judiciais	26	(223)	(825)	(3.030)	(9.375)
		26.813	14.800	39.514	19.909
(Aumento) redução no ativo:					
Contas a receber de clientes		(6.943)	(3.161)	(4.445)	(4.868)
Impostos a recuperar		4.560	(1.429)	5.214	(4.217)
Outros ativos		216	(4.680)	(1.547)	(7.226)
Aumento (redução) no passivo:					
Fornecedores		(5.918)	(124)	(8.241)	(4.050)
Salários, ordenados e encargos sociais		3.065	1.850	4.331	1.952
Impostos e taxas a recolher		(2.775)	137	(2.967)	959
Impostos parcelados		44	196	(1.544)	(1.119)
Outras contas a pagar		(2.353)	12.986	(2.598)	4.823
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1)	(884)	(1.726)	(1.764)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		16.708	19.691	25.991	4.399
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Caixa adquirido na combinação de negócios	3	-	-	920	309
Aumento de capital em controladas	15	(28.393)	(57.283)	-	-
Dividendos recebidos de controladas	15	1.127	1.850	-	-
Aquisição de controle - LOGMASTER	3	(20.000)	-	(20.000)	-
Aquisição de controle - Gelósia		-	(1.400)	-	(1.400)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		3.011	9.261	-	8.271
Outros investimentos		(2.588)	(418)	(2.588)	(418)
Aquisição de imobilizado	16 e 35	(59.853)	(47.562)	(66.530)	(88.580)
Valor recebido pela venda de ativo imobilizado	16	-	174	-	910
Aquisição de intangível	17	(2.662)	(3.275)	(2.720)	(4.200)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		(109.358)	(98.653)	(90.918)	(85.108)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital social		50.000	60.014	50.000	60.014
Empréstimos tomados - valor principal	35	209.161	80.873	209.161	80.873
Pagamentos de empréstimos	35	(95.485)	(60.186)	(118.872)	(57.385)
Juros pagos de financiamentos	35	(16.081)	(12.373)	(17.468)	(12.373)
Pagamento de arrendamento mercantil	23	(10.862)	(5.005)	(11.256)	(5.005)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos		136.733	63.323	111.565	66.124
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		44.083	(15.639)	46.638	(14.585)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					
Disponibilidades em 1º de janeiro	35	12.509	28.148	13.752	28.337
Disponibilidades em 31 de dezembro	35	56.592	12.509	60.390	13.752
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		44.083	(15.639)	46.638	(14.585)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Superfrio Armazéns Gerais S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Ribeirão Preto, São Paulo. A Companhia e suas controladas (“Grupo”) possuem como foco de atuação o armazenamento e a conservação, em ambiente climatizado e frigorificado, de produtos alimentícios in natura ou congelados, bem como a movimentação (carga, descarga, transporte, envasamento, fracionamento e empacotamento).

O Grupo exerce importante papel no âmbito da logística frigorificada de alimentos perecíveis e sementes, contando com 28 (vinte e oito) armazéns com temperatura controlada.

Aquisições em 2020

Em 03 de março de 2020, a Companhia adquiriu 100% das quotas da empresa Logmaster Logística Integrada Ltda., fruto da cisão da empresa Austral Logística e Transportes Ltda., localizada na cidade de Simões Filho, Estado da Bahia.

Alteração de composição societária

Em 03 de fevereiro de 2020, a Americold Realty Trust (“Americold”), de capital aberto, com registro na SEC, focado na propriedade, operação, aquisição e desenvolvimento de armazéns com temperatura controlada, com sede nos Estados Unidos da América, adquiriu 15% do capital social da Superfrio Armazéns Gerais S.A., ações pertencentes ao fundo Pátria, que ainda permanecem com o controle da Companhia. O fechamento da transação e a transferência das ações, foram concluídas no dia 06 de março de 2020.

COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo.

As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Medidas adotadas pelo Grupo

A Companhia e suas controladas antes mesmo da acentuação da pandemia em território nacional, já vinha tomando medidas de proteção em razão da situação vivenciada noutros países que já estavam sofrendo com a propagação do vírus. Assim, iniciou-se um processo de reforço do fluxo de caixa e avaliação de linhas de créditos junto a terceiros. Por outro lado, com a chegada do vírus e o surgimento dos decretos federais, estaduais e municipais, de isolamento social a Companhia e suas controladas procuraram atender a todas as orientações adotadas para o seguimento, tanto as vindas por normativas do Ministério do Trabalho (MTE) e Ministério da Saúde (MS).

Também, aplicando desde o início, o envolvimento do comitê interno de gerenciamento de crise, bem como a implementação de teletrabalho (home office), distanciamento, uso de EPIs próprios para o momento de pandemia e mapeamento situações em grupos de risco, para os colaboradores das operações, que estão trabalhando normalmente por ser atividade essencial na cadeia de produção de alimentos.

A Companhia e suas controladas vem tomando todas as medidas sanitárias estipuladas pelos órgãos governamentais, e associação de classe, além de ações próprias, visando a prevenção do vírus em suas unidades bem como na comunidade.

Riscos de liquidez e de mercado

Por ser uma atividade essencial da cadeia de alimentos, a Companhia e suas controladas não sentiram impactos relevantes na área econômica considerando, exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e até a emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia e suas controladas mantém um monitoramento do risco de liquidez através da gestão de seus recursos de caixa e aplicações financeiras e não prevê necessidade recursos no curto prazo.

Não existem renegociações relevantes sobre os recebíveis e a inadimplência encontra-se com percentuais normais.

O Grupo não promoveu nenhuma prorrogação de pagamentos aos fornecedores e vem cumprindo integralmente seus compromissos financeiros, legais e tributários.

Acompanhamento das estimativas contábeis

A Companhia e suas controladas em suas revisões de estimativas, analisaram potenciais aumentos de perdas com recebíveis e não identificou a necessidade de reforço de provisões existentes no exercício.

Os preços dos contratos com clientes foram mantidos e não houve negociações que poderiam indicar margens negativas, assim, não são previstas perdas futuras nos próximos meses por contratos onerosos e nem inadimplências.

2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Controladora Superfrio Armazéns Gerais S.A. e as seguintes controladas:

	<u>Participação acionária %</u>	
	2020	2019
Superfrio Embaladora Ltda.	100%	100%
Superfrio Multipack Ltda. – ME	100%	100%
CEFRI - Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda. (*)	100%	99,99%
BR Cold Armazéns Gerais Ltda.	100%	100%
Gelósia Armazenagem Frigorífica Ltda.	100%	100%
Logmaster Logística Integrada Ltda.	100%	-

(*) No exercício de 2020 foi realizada a cessão das cotas pertencentes a Via Verona Investimentos e Participações S.A. em todas as controladas. Assim, a Superfrio Armazéns Gerais S.A. passou a ter 100% do controle acionário de todas as empresas do grupo.

a. Superfrio Embaladora Ltda.

A sociedade está sediada em Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo, com uma filial na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo e tem por objeto o empacotamento, envasamento, fracionamento, manipulação, inspeção, formulação, embalagem (a vácuo, com papel alumínio e outros) e etiquetagem por conta própria e ou de terceiros.

b. Superfrio Multipack Ltda. - ME

A sociedade está sediada em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com uma filial na cidade de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo e tem por objeto a exploração das atividades de armazém geral frigorificado ou climatizado.

c. Cefri - Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda.

A sociedade está sediada em Mairinque, Estado de São Paulo, com uma filial na mesma localidade e tem como objeto a exploração de atividades de armazém geral e transportes.

d. BR Cold Armazéns Gerais Ltda.

A sociedade está sediada em Garuva, Estado de Santa Catarina, e tem por objeto a exploração das atividades de armazém geral frigorificado ou climatizado.

e. Gelósia Armazenagem Frigorífica Ltda.

A sociedade está sediada em Cascavel, Estado do Paraná, e tem por objeto a exploração das atividades de armazém geral frigorificado ou climatizado.

f. Logmaster Logística Integrada Ltda.

A sociedade está sediada na cidade de Simões Filho, Estado da Bahia, e tem como objeto a exploração de atividades de armazém geral e transportes.

3 Aquisição de controladas

Aquisição de participação na Logmaster Logística Integrada Ltda.

(i) **Combinação de negócio**

Em 17 de dezembro de 2019, a Companhia firmou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças (“Contrato”) para aquisição de 100% do capital social da Empresa Logmaster Logística Integrada Ltda. (“Austral”), empresa de logística frigorificada localizada na cidade de Simões Filho, Estado do Bahia.

A transferência do controle ocorreu efetivamente em 03 de março de 2020, quando a compra foi concretizada com a assinatura do termo de fechamento.

A aquisição foi efetivada pelo montante de até R\$ 35.674, cujo desembolso será realizado da seguinte forma: i) contraprestação fixa em caixa no montante de R\$ 30.581, sendo que desse montante R\$ 20.000 foi desembolsado no momento do fechamento e o restante será desembolsado no prazo de 5 anos, em 5 parcelas anuais de R\$ 2.116, corrigidos com base em 100% da variação positiva do CDI do período compreendido entre a data do fechamento e o efetivo pagamento da parcela remanescente; e ii) contraprestação contingente a valor justo na data da aquisição no montante de R\$ 5.093 a título de *earn-out* mediante atingimento de determinadas metas individualizadas.

(ii) **Ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição**

Foi elaborado estudo preparado por especialista independente dentro do prazo estipulado pelo pronunciamento contábil CPC 15 (R1) - Combinação de negócios para a alocação do preço de compra e segregação do ágio, utilizando as demonstrações financeiras da época da aquisição para a alocação do preço de compra.

A seguir os ativos líquidos adquiridos:

Balanco patrimonial	Ativos líquidos
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	920
Contas a receber de clientes	3.516
Outros ativos	429
	<hr/>
Ativo não circulante	
Ativo fiscal diferido	4.917
Imobilizado (a)	61.414
Intangível (b)	7.481
	<hr/>
	78.677
	<hr/>
Passivo circulante	
Fornecedores e outras contas a pagar	3.873
Empréstimos e financiamentos	2.812
Impostos e taxas a recolher e parcelamentos	1.104
Salários, ordenados e encargos sociais	381
	<hr/>

Balanco patrimonial	Ativos líquidos
Passivo não circulante	
Empréstimos e financiamentos	24.726
Impostos e taxas a recolher e parcelamentos	3.950
Provisão para demandas judiciais	<u>13.350</u>
	<u>50.196</u>
 Total líquido dos ativos identificáveis	 <u>28.481</u>

- (a) O ativo imobilizado da adquirida na data de aquisição era composto majoritariamente por terrenos, equipamentos e instalações. O valor justo dos ativos imobilizados na adquirida foi obtido por meio de estudo de avaliação a valor de reposição, segundo as técnicas de avaliação usuais para esse tipo de operação.
- (b) Carteira de clientes: Utilizando o método MPEEM (*multi-period excess earnings method*), identificou-se o relacionamento com clientes como ativo intangível alocado no preço de compra; e contrato de não competição: utilizando utilizou o método “*With and Without*”, que consiste em apurar a diferença entre o fluxo de caixa gerado pelo ativo levando em consideração o efeito da existência do Contrato de Não Concorrência e o valor do fluxo de caixa calculado em um cenário hipotético em que o contrato não existe.
- (iii) *Ágio gerado na aquisição***
O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

	RS
Valor total do contrato de compra de cotas	<u>35.674</u>
(-) Valor dos ativos líquidos identificáveis (a)	<u>(28.481)</u>
Ágio gerado na aquisição - (<i>goodwill</i>) (b)	7.193

O ágio gerado perfaz um valor total de R\$ 7.193, que compreende o valor da diferença paga pela Companhia em relação ao valor justo do patrimônio da empresa adquirida. É atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho e às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia. Tal ágio reconhecido poderá ter o tratamento tributário previsto na legislação pertinente.

- (iv) *Receitas e resultados incorporados***
A Companhia consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os montantes de receita líquida e lucro líquido, do período de 01 de março à 31 de dezembro de 2020 oriundos da aquisição, de R\$ 11.789 e R\$ 269, respectivamente.

4 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às regras do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com a legislação societária e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, constituindo-se nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 15.533 (R\$ 85.247 em 2019) e o passivo circulante da Companhia e suas controladas excederam R\$ 1.517 (R\$ 73.115 em 2019). Devido principalmente aos investimentos dos últimos exercícios com a aquisição de empresas e ativos imobilizados, financiadas por linhas de crédito alinhadas à geração de caixa operacional respeitando a curva de maturação de cada projeto. Para fazer frente a esse cenário, os planos da Administração para melhoria da estrutura de capital e liquidez da Companhia no futuro, foram tomadas as devidas ações:

- Aprovação de aporte de capital no montante de R\$ 61.718 na data de 25 de junho de 2020 e 29 de setembro de 2020, conforme registro em Assembleia Geral Extraordinária, com entrada de recursos parcial no montante de R\$ 52.005 conforme nota explicativa nº 37 e o restante com previsão de entrada até o final do primeiro trimestre de 2021.

Considerando os efeitos das ações acima descritas na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, a Administração avaliou sua capacidade de continuar em operação no futuro previsível, considerando-se baixa a probabilidade de não ocorrência ou risco de um eventual insucesso nos planos de otimização da estrutura de capital e liquidez, dessa forma, não havendo dúvida substancial sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 19 de março de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 23** - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 3** – Aquisição de Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. A determinação desses valores envolvem um elevado grau de julgamento na determinação das estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza;
- **Nota explicativa nº 12** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 16 e 17** - teste de redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Notas explicativas nº 26** - reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 28** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 3** – Aquisição de controladas; e
- **Nota explicativa nº 33** - Instrumentos financeiros.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pelo Grupo em 1º de janeiro de 2020 descritas na nota explicativa nº 9.

a. Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e quando o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. As contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia

obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial.

(iii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com controlada, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. *Receita operacional*

(i) *Prestação de serviços*

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As faturas para os serviços prestados são emitidas mensalmente.

A receita de serviços prestados é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecido é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.

Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia e suas controladas vendem os serviços em transações separadas.

As receitas de serviços são compostos por receitas de armazenagem, transporte, alugueis, dentre outros.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

c. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros sobre aplicações financeiras;
- Tarifas bancárias;
- Descontos concedidos e obtidos; e
- Despesa de juros com empréstimos e financiamentos e debêntures.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas Cefri Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda., BRCold Armazéns Gerais Ltda. e Logmaster Logística Integrada Ltda., correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Para as controladas Superfrio Embaladora Ltda., Superfrio Multipack Ltda. – ME e Gelósia Armazenagem Frigorífica Ltda., as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social são apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8%, 12% e 32%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido. O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (para o excedente de R\$ 240 anual) e a contribuição social à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (para o excedente de R\$ 240 anual) e a contribuição social à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas em anos, para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Construções e benfeitorias	50 e 75 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 20 anos
Móveis e utensílios	8 a 14 anos
Veículos	5 a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Instalações	10 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

A vida útil estimada é a seguinte:

<i>Software</i>	5 anos
Carteira de clientes	6 anos
Contrato de não competição	5 e 6 anos
Custos de desenvolvimento capitalizados	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas não mantêm todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. *Capital social*

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subseqüentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

O Estatuto social da Companhia determina o percentual 15% sobre o lucro líquido ajustado do exercício como dividendos mínimos obrigatórios (vide nota explicativa nº 29).

i. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são calculadas através de fatores macroeconômicos e por uma taxa média, dos valores recebidos de acordo com a idade dos títulos dos últimos três anos.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia e suas controladas atuam como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia e suas controladas são um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia e suas controladas, como arrendatário, contabilizam aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia e suas controladas aplicarão o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia e suas controladas aplicam os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia e suas controladas também revisam regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia e suas controladas reconhecem os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

I. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

(i) Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente as alterações ao CPC 15 sobre definição de um negócio a partir de 1º de janeiro de 2020.

A Companhia e suas controladas aplicaram a Definição de um Negócio (Alterações ao CPC 15) às combinações de negócios cujas datas de aquisição ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para avaliar se havia adquirido um negócio ou um grupo de ativos. Os detalhes das políticas contábeis estão apresentados na nota explicativa 8(a)(i). Consulte também a nota explicativa nº 3 para detalhes da aquisição de controlada pela Companhia durante o ano.

Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

(ii) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo

de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b. Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06).

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:

- Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- Contabilidade de hedge.

Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Divulgação

As alterações exigirão que a Companhia e suas controladas divulguem informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas.

Transição

A Companhia e suas controladas planejam aplicar as alterações a partir de 1 de janeiro de 2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 2020 ou períodos anteriores.

c. Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	725	2.083	1.305	2.231
Aplicações financeiras	55.866	10.426	59.085	11.521
	56.592	12.509	60.390	13.752

As aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa, por terem alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações automáticas e fundo de renda fixa indexadas entre 98% a 103% do Certificado de depósito interbancário - CDI com liquidez diária, para os exercícios de 2020 (98% a 101% em 31 de dezembro de 2019).

As informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 33.

11 Outros investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Conta garantia (a)	3.744	1.138	3.744	1.138
Outros investimentos	-	18	-	18
	3.744	1.156	3.744	1.156
Ativo circulante	-	386	-	386
Ativo não circulante	3.744	770	3.744	770

- (a) Aplicação financeira em títulos CDBs junto ao Banco Itaú, mantida a título de garantia da operação de debêntures, sendo remunerada em 98,5% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 22.

As informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 33.

12 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de clientes	21766	14.823	32.991	22.468
Perdas por redução ao valor recuperável	(512)	(309)	(3.327)	(592)
	21.254	14.514	29.664	21.876

a. Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas a seguir:

Controladora

	2020	2019
Contas a receber a vencer		
De 1 a 30 dias	16.914	10.821
De 31 a 60 dias	1.516	1.045
De 61 a 90 dias	60	174
Contas a receber vencidos		
De 1 a 30 dias	894	1.364
De 31 a 60 dias	510	205
De 61 a 90 dias	40	143
De 91 a 120 dia	88	56
De 121 a 180 dias	315	113
De 181 a 360 dias	644	181
Acima de 360 dias	785	721
	21.766	14.823

Consolidado

	2020	2019
Contas a receber a vencer		
De 1 a 30 dias	17.333	14.562
De 31 a 60 dias	3.058	2.262
De 61 a 90 dias	2.294	303
Contas a receber vencidos		
De 1 a 30 dias	2.325	2.869
De 31 a 60 dias	1.082	552
De 61 a 90 dias	265	190
De 91 a 120 dias	405	104
De 121 a 180 dias	793	162
De 181 a 360 dias	3.631	294
Acima de 360 dias	1.804	1.170
	32.991	22.468

A movimentação da provisão para perdas ao valor recuperável é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	309	410	592	419
Adições (reversões), líquidas	203	(101)	173	173
Adição por aquisição de empresa	-	-	2.562	-
	<u>512</u>	<u>309</u>	<u>3.327</u>	<u>592</u>

13 Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	-	2.980	36	3.393
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	324	2.001	3.290	5.262
Programa de Integração Social - PIS	71	436	715	1.144
Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF	805	343	868	353
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	-	-	43	15
Outros impostos a recuperar	-	-	17	16
	<u>1.200</u>	<u>5.760</u>	<u>4.969</u>	<u>10.183</u>
Ativo circulante	1.200	3.618	4.969	5.881
Ativo não circulante	-	2.142	-	4.302

14 Outros ativos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Repasso de despesas (nota explicativa nº 18)	-	3.390	-	3.390
Adiantamento fornecedores	2.616	1.257	3.728	1.347
Outros ativos	2.791	1.418	5.090	3.209
	<u>5.407</u>	<u>6.065</u>	<u>8.818</u>	<u>7.946</u>
Ativo circulante	4.791	4.976	7.260	5.664
Ativo não circulante	616	1.089	1.558	2.282

15 Investimentos

	Controladora	
	2020	2019
Participações em controladas		
Superfrio Embaladora Ltda.	5.163	3.814
Superfrio Multipack Ltda. ME	406	407
BRCold Armazéns Gerais Ltda.	46.773	46.423
Gelósia Armazenagem Frigorífica Ltda.	11.588	10.085
CEFRI - Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda.	40.187	36.405
Logmaster Logística Integrada Ltda.	59.206	-
	<u>163.323</u>	<u>97.134</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>163.323</u>	<u>97.134</u>

Segue composição do investimento no quadro abaixo:

Total de investimento em controladas por empresa	PL controladas	Ágio	Mais valia	Saldo em 2020
Superfrio Embaladora Ltda.	5.163	-	-	5.163
Superfrio Multipack Ltda. ME	406	-	-	406
BRCold Armazéns Gerais Ltda.	46.773	-	-	46.773
Gelósia Armazenagem Frigorífica Ltda.	7.837	2.215	1.536	11.588
CEFRI - Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda.	25.718	3.602	10.867	40.187
Logmaster Logística Integrada Ltda.	6.608	7.193	45.405	59.206
	<u>92.505</u>	<u>13.010</u>	<u>57.808</u>	<u>163.323</u>
Total de investimento em controladas por empresa	PL controladas	Ágio	Mais valia	Saldo em 2019
Superfrio Embaladora Ltda.	3.814	-	-	3.814
Superfrio Multipack Ltda. ME	406	-	-	406
BRCold Armazéns Gerais Ltda.	46.423	-	-	46.423
Gelósia Armazenagem Frigorífica Ltda.	5.963	2.215	1.907	10.085
CEFRI - Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda.	21.249	3.602	11.555	36.406
	<u>77.855</u>	<u>5.817</u>	<u>13.462</u>	<u>97.134</u>

a. Informações da sociedade controladas

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivo	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro / (Prejuízos)	Participação da Companhia no patrimônio líquido	Participação da Companhia nos lucros / prejuízos
2020													
Superfrio Embaladora Ltda.	100%	2.692	4.623	7.315	1.215	938	2.153	5.163	5.667	(4.318)	1.349	5.163	1.349
Superfrio Multipack Ltda. ME	100%	-	406	406	-	-	-	406	-	-	-	406	-
CEFRI - Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda.	100%	6.793	33.413	40.206	4.624	9.864	14.488	25.718	21.600	(20.541)	1.059	25.718	1.059
BR Cold Armazéns Gerais Ltda.	100%	5.778	44.508	50.286	2.503	1.010	3.513	46.773	7.405	(7.710)	(305)	46.773	(305)
Gelósia Armazenagem Frigorífica Ltda.	100%	1.581	9.352	10.933	1.921	1.175	3.096	7.837	9.638	(7.537)	2.101	7.837	2.101
Logmaster Logística Integrada Ltda	100%	5.525	27.155	32.680	7.005	19.066	26.071	6.609	11.789	(11.520)	269	6.608	269
Total												92.505	4.473
2019													
Superfrio Embaladora Ltda.	100%	418	4.678	5.096	298	984	1.282	3.814	2.773	(1.742)	1.031	3.814	1.031
Superfrio Multipack Ltda. ME	100%	-	413	413	6	-	6	407	-	(134)	(134)	406	(134)
CEFRI - Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda.	99,99%	9.148	31.675	40.823	7.455	12.120	19.575	21.248	22.572	(16.742)	5.830	21.249	5.829
BR Cold Armazéns Gerais Ltda.	100%	2.574	44.551	47.125	702	-	702	46.423	624	(1.439)	(815)	46.423	(815)
Gelósia Armazenagem Frigorífica Ltda	100%	1.340	7.634	8.974	1.674	1.337	3.011	5.963	6.661	(1.725)	4.936	5.963	4.936
Total												77.855	10.847

b. Movimentação dos investimentos

	2020							2019						
	Cefri	BRcold	Embaladora	Multipack	Gelósia	Logmaster	Total 2020	Cefri	BRcold	Embaladora	Multipack	Gelósia	Total 2019	
Quantidade de ações possuídas	38.711,5	20	99	7.043.999	74.999	1.000	3.696.124	-	38.711.520	99	7.043.999	74.999	7.110.000	-
Capital social	52.167	47.892	7.044	75	8.011	27.125	142.314	48.756	47.238	7.044	75	7.110	110.223	
Percentual de participação sobre ações emitidas	100%	100%	100%	100%	100%	100%	-	99,99%	100%	100%	100%	100%	-	
Valor contábil do investimento no início do exercício (1)	36.406	46.423	3.814	406	10.085	-	97.134	20.532	-	2.783	540	-	23.855	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(1.127)	-	(1.127)	-	-	-	-	-	(1.850)	(1.850)
Total dividendos pagos (2)	-	-	-	-	(1.127)	-	(1.127)	-	-	-	-	-	(1.850)	(1.850)
Participação no resultado da controlada calculada pelo resultado da controlada	1.058	(305)	1.349	-	2.101	269	4.472	5.829	(815)	1.031	(134)	4.936	10.847	
Amortização – ativos líquidos identificáveis	(688)	-	-	-	(371)	(165)	(1.224)	-	-	-	-	-	-	
Total da participação no resultado da controlada (3)	370	(305)	1.349	-	1.730	104	3.248	5.829	(815)	1.031	(134)	4.936	10.847	
Aquisição de ações/quotas a valor justo (nota explicativa nº 03)	-	-	-	-	-	35.674	35.674	-	-	-	-	6.999	6.999	
Aumento de capital/Adiantamento para futuro aumento de capital	3.410	655	-	-	900	23.428	28.393	10.045	47.238	-	-	-	57.283	
Total aquisições e aumento de capital (4)	3.410	655	-	-	900	59.022	64.067	10.045	47.238	-	-	6.999	64.282	
Investimento no final do exercício (1) + (2) + (3) + (4)	40.187	46.773	5.163	406	11.588	59.206	163.323	36.406	46.423	3.814	406	10.085	97.134	

Aquisição de participação na Gelósia Armazenagem Frigorífica Ltda.

(i) Combinação de negócio

Em 18 de janeiro de 2019, a Companhia firmou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças (“Contrato”) para aquisição de 100% do capital social da Empresa Gelósia Armazenagem Frigorífica Ltda. (“Gelósia”), empresa de logística frigorificada localizada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná. A Gelósia foi constituída de uma operação de cisão parcial de certos ativos da Espaço Frio Armazenagem Frigorífica Ltda..

A transferência do controle ocorreu efetivamente em 03 julho de 2019, quando a compra foi concretizada com a assinatura do termo de fechamento.

O preço base de aquisição definido em contrato foi de R\$ 7.000, sendo R\$ 1.400 pagos aos vendedores em moeda corrente, e o saldo será liquidado no prazo de 5 anos (saldo em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 4.950, em parcelas consecutivas e anuais de R\$ 1.120, corrigidos com base em 100% da variação positiva do CDI do período compreendido entre a data do fechamento e o efetivo pagamento da parcela remanescente.

A Companhia alocou o preço de compra, em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. Para essa avaliação foi considerada a data do último balanço levantado pela adquirida antes da data de aquisição.

(ii) Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos

A seguir os ativos líquidos adquiridos:

Balanco patrimonial	Ativos líquidos
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	309
Contas a receber de clientes	460
Outros ativos	10
Ativo não circulante	
Imobilizado (i)	8.100
Intangível (i)	<u>797</u>
	<u>9.676</u>

Balço patrimonial	Ativos líquidos
Passivo circulante	
Fornecedores	(21)
Impostos e taxas a recolher	(75)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(129)
Salários, ordenados e encargos sociais	(523)
Passivo não circulante	
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	<u>(4.143)</u>
	<u>(4.891)</u>
Total líquido dos ativos identificáveis	4.785

- (i) A Companhia contratou empresa independente de consultoria especializada para identificação dos ativos imobilizados e intangíveis e melhor alocação do preço de aquisição. Tais valores foram atribuídos principalmente à valor justo de instalações e carteira de clientes.

(iii) **Ágio na aquisição**

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

	R\$
Valor total do contrato de compra de cotas	7.000
(-) Valor dos ativos líquidos identificáveis (a)	<u>(4.785)</u>
Ágio na aquisição - (goodwill) (b)	2.215

- (a) O ativo imobilizado da adquirida na data de aquisição era composto majoritariamente por equipamentos e instalações. O valor justo do investimento na adquirida foi obtido por meio de laudo de avaliação a valor de mercado, segundo as técnicas de avaliação usuais para esse tipo de operação.
- (b) O referido ágio compreende o valor dos benefícios futuros decorrentes da aquisição em virtude da integração da entidade ao valor do patrimônio líquido existente da Companhia. O ágio é atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho da empresa.

16 Imobilizado

Controladora

Custo de aquisição	Terrenos	Edifícios e Construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Instalações	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.302	90.154	33.371	640	184	2.989	15.950	29.812	-	182.402
Adições	4.861	34.302	7.783	335	-	889	1.030	56.064	-	105.264
Baixas	-	-	(52)	-	-	(8)	-	(46)	-	(106)
Transferências	3.902	64.797	5.743	58	(21)	1.176	8.308	(83.963)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	18.065	189.253	46.845	1.033	163	5.046	25.288	1.867	-	287.560
Adições	3.850	82.286	2.204	225	-	652	704	26.001	4.503	120.425
Baixas	-	-	(917)	(3)	-	(28)	(2.108)	-	-	(3.056)
Transferências	-	6.359	1.966	62	-	51	1.176	(10.656)	-	(1.042)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	21.915	277.898	50.098	1.317	163	5.721	25.060	17.212	4.503	403.887
Depreciação acumulada										
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(10.235)	(11.345)	(253)	(85)	(914)	(6.204)	-	-	(29.036)
Adições	-	(2.906)	(3.531)	(137)	(31)	(390)	(1.951)	-	-	(8.946)
Baixas	-	-	12	-	-	2	-	-	-	14
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(13.141)	(14.864)	(390)	(116)	(1.302)	(8.155)	-	-	(37.968)
Adições	-	(8.136)	(4.488)	(122)	(3)	(1.092)	(2.167)	-	-	(16.008)
Baixas	-	-	178	1	-	5	192	-	-	376
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(21.277)	(19.174)	(511)	(119)	(2.389)	(10.130)	-	-	(53.600)
Saldos líquidos										
Em 31 de dezembro de 2019	18.065	176.112	31.981	643	47	3.744	17.133	1.867	-	249.592
Em 31 de dezembro de 2020	21.915	256.621	30.924	806	44	3.332	14.930	17.212	4.503	350.287

Superfrio Armazéns Gerais S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020

Consolidado

Custo de aquisição	Terrenos	Edifícios e Construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Instalações	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	28.225	117.318	43.623	838	269	3.471	20.437	35.557	-	249.738
Adição por aquisição de empresas	-	-	3.250	33	94	65	5.457	-	-	8.899
Adições	4.861	35.606	9.358	678	-	1.598	1.686	92.495	-	146.282
Baixas	-	-	(745)	-	-	(8)	(91)	(46)	-	(890)
Transferências	3.902	90.382	13.718	157	(21)	1.794	14.759	(124.691)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	36.988	243.306	69.204	1.706	342	6.920	42.248	3.315	-	404.029
Adição por aquisição de empresas	4.523	43.817	5.954	174	-	121	16.677	-	-	71.266
Adições	3.850	83.056	3.855	328	-	748	819	30.240	4.539	127.435
Baixas	-	-	(1.487)	(11)	-	(31)	(2.131)	-	-	(3.660)
Transferências	-	7.969	2.832	92	-	79	1.376	(13.343)	-	(995)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	45.361	378.148	80.358	2.289	342	7.837	58.989	20.212	4.539	598.075
Depreciação acumulada										
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(28.041)	(13.106)	(385)	(137)	(1.212)	(8.297)	-	-	(51.178)
Adição por aquisição de empresas	-	-	(252)	(1)	(2)	(10)	(534)	-	-	(799)
Adições	-	(3.171)	(5.370)	(176)	(44)	(499)	(2.730)	-	-	(11.990)
Baixas	-	-	56	-	-	2	20	-	-	78
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(31.212)	(18.672)	(562)	(183)	(1.719)	(11.541)	-	-	(63.889)
Adição por aquisição de empresas	-	(1.545)	(1.727)	(116)	-	(49)	(6.415)	-	-	(9.852)
Adições	-	(9.821)	(7.604)	(264)	(61)	(1.282)	(4.809)	-	-	(23.841)
Baixas	-	-	436	4	-	5	194	-	-	639
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(42.578)	(27.567)	(938)	(244)	(3.045)	(22.571)	-	-	96.943
Saldos líquidos										
Em 31 de dezembro de 2019	36.988	212.094	50.532	1.144	159	5.201	30.707	3.315	-	340.140
Em 31 de dezembro de 2020	45.361	335.570	52.791	1.351	98	4.792	36.418	20.212	4.539	501.132

a. Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

b. Garantias

Alguns bens do ativo imobilizado, foram dados em garantia de empréstimos e financiamentos e debêntures. Estes itens são representados, em sua grande maioria, por terrenos e edificações.

c. Aquisição da unidade de São José dos Pinhais

Aquisição da unidade de São José dos Pinhais em outubro de 2020 no valor de R\$ 79.000 com R\$ 49.000 provenientes de recursos da 4ª emissão de debêntures, com o imóvel em questão como garantia, e R\$ 30.000 do caixa da Companhia.

17 Intangível

a. Controladora

	2020			2019		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
<i>Software</i> e desenvolvimento interno (**)	13.107	(1.325)	11.782	3.013	(788)	2.225
Projetos em andamento (*)	449	-	449	6.839	-	6.839
Marcas e patentes	23	-	23	25	(2)	23
	13.579	(1.325)	12.254	9.877	(790)	9.087
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2020
<i>Software</i> e desenvolvimento interno (**)	2.225	1.323	(537)	-	8.771	11.782
Projetos em andamento (*)	6.839	1.339	-	-	(7.729)	449
Marcas e patentes	23	-	-	-	-	23
	9.087	2.662	(537)	-	1.042	12.254
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2019
<i>Software</i> e desenvolvimento interno (**)	1.768	875	(409)	-	(9)	2.225
Projetos em andamento (*)	4.430	2.400	-	-	9	6.839
Marcas e patentes	25	-	(2)	-	-	23
	6.223	3.275	(411)	-	-	9.087

(*) A expectativa de conclusão e ativação dos projetos em andamento é durante o exercício de 2021.

(**) Esses projetos referem-se substancialmente a desenvolvimento do sistema WMS (*Warehouse Management System*) da Companhia.

b. Consolidado

	2020			2019		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - Logmaster Logística Integrada Ltda.	7.193	-	7.193	-	-	-
Ágio - Gelósia Armazenagem Frigorífica Ltda.	2.316	(30)	2.286	2.316	-	2.316
Ágio - CEFRI - Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda.	3.602	-	3.602	3.602	-	3.602
Software e desenvolvimento interno (**)	15.411	(2.098)	13.313	4.352	(1.291)	3.061
Projetos em andamento (*)	749	-	749	7.885	-	7.885
Carteira de clientes	4.609	(242)	4.367	696	-	696
Marcas e patentes	76	(2)	74	76	(2)	74
Contratos de não competição	3.375	(51)	3.324	-	-	-
	37.331	(2.423)	34.908	18.927	(1.293)	17.634
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Adição por aquisição de empresa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Ágio - Logmaster Logística Integrada Ltda.	-	-	7.193	-	-	7.193
Ágio - Gelósia Armazenagem Frigorífica Ltda.	2.316	-	-	(30)	-	2.286
Ágio - CEFRI - Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda.	3.602	-	-	-	-	3.602
Software e desenvolvimento interno (**)	3.061	1.320	194	(793)	9.531	13.313
Projetos em andamento (*)	7.885	1.400	-	-	(8.536)	749
Carteira de clientes	696	-	3.913	(242)	-	4.367
Marcas e patentes	74	-	-	-	-	74
Contrato de não competição	-	-	3.375	(51)	-	3.324
	17.634	2.720	14.675	(1.116)	995	34.908
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Adição por aquisição de empresa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Ágio - Gelósia Armazenagem Frigorífica Ltda.	-	-	2.316	-	-	2.316
Ágio - CEFRI - Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda.	3.602	-	-	-	-	3.602
Software e desenvolvimento interno (**)	2.760	954	-	(644)	(9)	3.061
Projetos em andamento (*)	4.630	3.246	-	-	9	7.885
Carteira de clientes	-	-	696	-	-	696
Marcas e patentes	76	-	-	(2)	-	74
	11.068	4.200	3.012	(646)	-	17.634

(*) A expectativa de conclusão e ativação dos projetos em andamento é durante o exercício de 2021.

(**) Esses projetos referem-se substancialmente a desenvolvimento do sistema WMS (*Warehouse Management System*) da Companhia.

As despesas relativas à amortização dos ativos intangíveis são registradas na rubrica de “Despesas gerais e administrativas”, no resultado do exercício.

Testes de não recuperação do ágio

Os ágios foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2020. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

O valor em uso da UGC é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

	Gelósia taxa (a.a.)	Cefri taxa taxa (a.a.)	Logmaster taxa (a.a.)
Fluxo de caixa descontado - taxa de desconto, antes dos impostos	13,4% (1)	13,4% (1)	11,3%
Taxa de crescimento médio ponderado nos 4 primeiros anos	3,5%	3,5%	3,1%
Perpetuidade	3,25%	3,25%	0,0%

(1) Taxa CAPM (Custo Médio de Capital Próprio).

A metodologia de fluxo de caixa define a rentabilidade da Companhia, como sendo o valor operacional, equivalente ao valor descontado do fluxo de caixa líquido futuro. Esse fluxo é composto pelo lucro líquido após impostos, com acréscimos dos itens que não afetam o caixa (amortizações e depreciações) e dedução dos investimentos em ativos operacionais (capital de giro, plantas, capacidade instalada, etc).

O período projetivo do fluxo de caixa líquido é determinado considerando-se o tempo que a organização levará para apresentar uma operação estável, ou seja, sem variações julgadas relevantes. O fluxo é trazido a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto, que irá refletir o risco associado ao mercado, à empresa e à estrutura de capital.

Após o teste não foi identificada a necessidade de provisão a ser reconhecida.

18 Partes relacionadas

Controlador final

O controlador final é o fundo de investimento Pátria Brazilian Private Equity Fund IV - FIP, com 59,43% de participação direta, e 20,46% de participação indireta.

Operação com pessoal chave da Administração

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da administração é composto pela diretoria. Os valores pagos no exercício a título de remuneração foram R\$ 6.067 (R\$ 3.507 em 2019).

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com Companhias controladoras e controladas:

	Controladora	
	2020	2019
Ativo circulante:		
Outros ativos		
Via Verona Investimentos e Participações S.A.	-	3.390
Total outros recebíveis (Nota explicativa nº 14)	-	3.390
Ativo não circulante		
Empréstimo		
CEFRI - Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindustria Ltda. (i)	-	3.353
BR Cold Armazéns Gerais Ltda. (i)	342	-
Total empréstimos não circulante	342	3.353
Outras contas a pagar		
Superfrio Multipack Ltda. – ME (ii)	(412)	(407)
Superfrio Embaladora Ltda. (ii)	(4.530)	(4.659)
CEFRI - Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindustria Ltda. (ii)	(1.192)	(1.625)
BR Cold Armazéns Gerais Ltda. (ii)	(1.458)	6
Total (nota explicativa nº 27)	(7.592)	(6.685)
Dividendos a pagar	(696)	(696)

- (i) Empréstimos concedidos às empresas controladas com prazo indeterminado, e sem atualização monetária e sem remuneração de juros.
- (ii) Contas a pagar de empresas controladas com prazo indeterminado e sem atualização de juros.

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores	7.572	7.943	9.643	10.260
Despesas provisionadas	3.807	434	6.495	993
	11.379	8.377	16.138	11.253

A informação sobre a exposição da Companhia e suas controladas aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 33.

As “Despesas provisionadas” referem-se às notas fiscais não escrituradas no mês, em virtude do “corte” no recebimento fiscal, que são provisionadas contabilmente e revertidas quando da escrituração fiscal no mês subsequente.

20 Fornecedores convênio

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores convênio	2.652	-	2.652	-

Fornecedores convênio: tratam-se de passivos financeiros caracterizados pela antecipação de pagamentos a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras, com o custo financeiro implícito de 5,61% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (6,18% a.a. em 31 de dezembro de 2019). A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e a classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

21 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxas de juros	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
Finame	3,5% a 12,7% a.a. 3,5% + CDI a 4% +	Jun/23	-	11.294	-	11.294
Capital de giro (i)	CDI a.a.	Nov/23	105.396	44.538	106.400	44.538
Conta garantida	6,04% + Selic a.a.	Jan/20	-	1	-	1
Nota Promissória	2,6% + CDI a.a.	Jan/20	-	30.199	-	30.199
Finame	4% a.a.	Set/23	-	-	2.094	-
			<u>105.396</u>	<u>86.032</u>	<u>108.494</u>	<u>86.032</u>
Circulante			21.396	75.826	23.037	75.826
Não circulante			84.000	10.206	85.457	10.206

- (ii) A modalidade Capital de Giro possui como garantia avais e o imóvel da filial de Mairinque, de propriedade da Companhia.

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante consolidado, em 31 de dezembro de 2020, são como segue:

Ano	2020	2019
2021	-	5.457
2022	79.920	3.839
2023	<u>5.537</u>	<u>910</u>
Total	<u>85.457</u>	<u>10.206</u>

22 Debêntures

(Em moeda nacional)	Taxa média de juros	Vencimento	Controladora e Consolidado	
			2020	2019
2º emissão de Debêntures (i)	IPCA + 8,95% a.a.	04/2026	45.634	50.056
3º emissão de Debêntures (ii)	CDI + 2,6% a.a.	06/2027	100.107	-
4º emissão de Debêntures (iii)	INPC + 7,02% a.a.	10/2029	48.839	-
			194.580	50.056
Ativo circulante			15.253	6.318
Ativo não circulante			179.327	43.738

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante, são como segue:

Ano	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
2021	-	6.276
2022	28.904	7.123
2023	30.596	7.761
2024	32.064	8.455
2025	33.914	9.212
2026	27.912	4.911
2027	18.403	-
2028	4.414	-
2029	3.120	-
Total	179.327	43.738

- (i) De acordo com os termos e condições definidos no Instrumento particular de escritura da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para colocação privada, da Superfrio Armazéns Gerais S.A., em 19 de outubro de 2018, foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo 33.000 (trinta e três mil) debêntures da 1ª série da 2ª emissão de debêntures da Companhia, no valor total de R\$ 33.000 (“Debêntures da 1ª Série”), e 17.000 (dezessete mil) debêntures da 2ª série da 2ª emissão de debêntures da Companhia, no valor total de R\$ 17.000 (“Debêntures da 2ª Série”), ambas com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais).

As debêntures de ambas as séries foram subscritas em 19 de outubro de 2018 pela debenturista inicial e, imediatamente após a subscrição pela debenturista inicial, a totalidade das debêntures foi cedida para a Habitasec securitizadora S.A. (“Habitasec” ou “Debenturista”), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A primeira liberação ocorreu em 21 de dezembro de 2018 pela Habitasec no valor de R\$ 33.000 referente a 1ª série da 2ª emissão de debêntures, e a segunda liberação ocorreu em 26 de agosto de 2019 pela Habitasec no valor de R\$ 17.000 referente a 2ª série da 2ª emissão de debêntures. O vencimento do contrato está previsto para junho de 2026.

O valor nominal unitário das debêntures ou seu saldo, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do índice nacional de preços ao consumidor amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IPCA”), acrescidos de juros remuneratórios correspondente à taxa de 8,95% a.a..

A partir da data de emissão, os valores devidos a títulos de remuneração serão pagos mensalmente e sucessivamente. O saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado mensalmente, observada carência de 12 (doze) meses a contar da data de emissão.

Garantias

As debêntures possuem como garantia:

- Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia;
 - Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da exploração comercial dos referidos imóveis
 - Fundo de reserva a ser mantido em conta de patrimônio separado
 - Cláusula restritiva (*covenants*) equivalente a manutenção da relação dívida líquida ajustada/ *EBITDA* ajustado não superior a 4,0 vezes até 31 de dezembro de 2019 e 3,5 vezes após essa data;
- (ii) De acordo com os termos e condições definidos no Instrumento particular de escritura da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, da Superfrio Armazéns Gerais S.A., em 09 de dezembro de 2019, foram emitidas 100.000 (cem mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 100.000 (cem milhões de reais).

A totalidade das debêntures foram subscritas em 09 de dezembro de 2019 pela debenturista Isec Securitizadora S.A. (“Isec” ou “Debenturista”), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A primeira liberação ocorreu em 22 de janeiro de 2020 pela Isec no valor de R\$ 22.695, a segunda liberação ocorreu em 19 de fevereiro de 2020 pela Isec no valor de R\$ 20.021, a terceira e quarta liberação ocorreram em 20 de fevereiro de 2020 pela Isec nos valores de R\$ 35.037 e R\$ 20.030 respectivamente.

As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios correspondentes a um percentual de 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Depósitos Interfinanceiros), acrescida de um spread de 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano. A remuneração das debêntures será calculada desde a data de integralização dos CRI, ou da data de início do último período de capitalização, conforme o caso, até a data de pagamento da remuneração

A partir da data de emissão, os valores devidos a título de remuneração serão pagos mensalmente e sucessivamente. o saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado mensalmente, observada a carência de 12 (doze) meses a contar da data de emissão, em que ocorrerá apenas o pagamento de juros.

Garantias

As debêntures possuem como garantia:

- Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia;
 - Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da exploração comercial dos referidos imóveis;
 - Fundo de reserva a ser mantido em conta de patrimônio separado
 - Cláusula restritiva (*covenants*) equivalente a manutenção da relação dívida líquida ajustada/ *EBITDA* ajustado não superior a 3,5 vezes.
- (iii) De acordo com os termos e condições definidos no Instrumento particular de escritura da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, da Superfrio Armazéns Gerais S.A., em 09 de dezembro de 2019, foram emitidas 49.658 (quarenta e nove mil, seiscentas e cinquenta e oito) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 49.658 (quarenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil).

A totalidade das debêntures foram subscritas em 10 de novembro de 2020 pela debenturista Isec Securitizadora S.A. (“Isec” ou “Debenturista”), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A liberação dos recursos ocorreu em 25 de novembro de 2020 pela Isec no valor de R\$ 49.658. O vencimento do contrato está previsto para 01 de outubro de 2029.

O valor nominal unitário, ou o saldo do valor nominal unitário das Debêntures, conforme aplicável, será atualizado monetariamente pela variação positiva acumulada do INPC, aplicado anualmente, na data de atualização, acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de 7,02% (sete inteiros e dois centésimos por cento) ao ano e será calculada desde a Data de Integralização dos CRI, ou da data de início do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração

A partir da Data de Emissão, os valores devidos a título de Remuneração serão pagos mensalmente e sucessivamente. o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente.

Garantias

As debêntures possuem como garantia:

- Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da exploração comercial dos referidos imóveis;
- Fundo de reserva a ser mantido em conta de patrimônio separado

O Grupo não promoveu nenhuma prorrogação de pagamentos aos fornecedores e vem cumprindo integralmente seus compromissos financeiros, legais e tributários. Porém, a postergação na entrada do aporte de R\$ 61.718 aprovado conforme AGE realizada na data de 25 de junho de 2020 e 29 de setembro de 2020, impactou negativamente nos índices de alavancagem da Companhia em 31 de dezembro de 2020, conseqüentemente não sendo cumprido. Porém, de forma consentida e alinhada com a securitizadora e seus respectivos investidores, durante o mês de dezembro de 2020, a Companhia obteve o *waiver* e, administrativamente a AGE foi realizada em 12 de fevereiro de 2021, aprovando as condições e compromissos previamente acordados deliberando a renúncia à não antecipação da liquidação dos vencimentos conforme previsto em contrato.

23 Ativos de direito de uso e Passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatária em alguns contratos, principalmente relacionada a imóveis (armazéns e unidades administrativas). Desde o ano de 2019 a Companhia e suas controladas reconhecem esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e arrendamento a pagar. A taxa média de juros para dezembro é de 6,35% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2020, os direitos de uso de ativos referentes a contratos de locação de imóveis estão apresentados a seguir:

Controladora					
	Prazo contratual (meses)	Direito de uso	Remensurações	Depreciação acumulada	Valor residual
Mogi Guaçu/SP	108	16.785	484	(3.787)	13.482
Rib. Preto/SP unid.V	120	9.986	2.957	(1.804)	11.139
Rib. Preto/SP unid. II	108	8.392	241	(1.892)	6.741
Rib. Preto/SP unid. IV	120	7.737	625	(1.194)	7.168
Arapongas/PR	55	2.195	41	(944)	1.292
Escritório Corporativo	60	1.093	(132)	(204)	757
MRS	6	903	(209)	(694)	-
Londrina II	60	15.759	(184)	(2.336)	13.239
Campo Grande	60	10.679	-	(1.602)	9.077
Campo Verde	60	5.110	-	(511)	4.599
RMSP II	62	13.318	-	(214)	13.104
Outros	24	228	80	(258)	50
Total direito de uso		92.185	3.903	(15.440)	80.648

Consolidado					
	Prazo contratual (meses)	Direito de uso	Remensurações	Depreciação acumulada	Valor residual
Mogi Guaçu/SP	108	16.785	484	(3.787)	13.482
Rib. Preto/SP unid.V	120	9.986	2.957	(1.804)	11.139
Rib. Preto/SP unid. II	108	8.392	241	(1.892)	6.741
Rib. Preto/SP unid. IV	120	7.737	625	(1.194)	7.168
Arapongas/PR	55	2.195	41	(944)	1.292
Escritório Corporativo	60	1093	(132)	(204)	757
MRS	6	903	(209)	(694)	-
Londrina II	60	15.759	(184)	(2.336)	13.239
Campo Grande	60	10.679	-	(1.602)	9.077
Campo Verde	60	5.110	-	(511)	4.599
Chapecó	36	1.305	-	(218)	1.087
Reach Stacker Br Cold	24	920	-	(120)	800
RMSPII	62	13.318	-	(213)	13.105
Outros	24	228	80	(258)	50
Total direito de uso		94.410	3.903	(15.777)	82.536

Em 31 de dezembro de 2019, os direitos de uso de ativos referentes a contratos de locação de imóveis estão apresentados a seguir:

Controladora e Consolidado					
	Prazo contratual (meses)	Direito de uso	Remensurações	Depreciação acumulada	Valor residual
Mogi Guaçu/SP	108	16.785	-	(1.865)	14.920
Rib. Preto/SP unid.V	120	9.986	-	(416)	9.570
Rib. Preto/SP unid. II	108	8.392	-	(932)	7.460
Rib. Preto/SP unid. IV	120	7.737	-	(322)	7.415
Arapongas/PR	55	2.195	-	(479)	1.716
Escritório Corporativo	60	1.093	-	-	1.093
Outros	24	228	-	(86)	142
Total Direito de Uso		46.416	-	(4.100)	42.316

A movimentação do direito de uso e do arrendamento a pagar em 31 de dezembro de 2020 está apresentada a seguir:

Controladora			
Direito de uso		Passivo de arrendamento	
Saldo em 31/12/2019	42.316	Saldo em 31/12/2019	(43.677)
(+) Adições	45.770	(+) Adições novos contratos	(45.770)
(+) Remensurações	3.709	(+) Remensurações	(3.709)
(-) Depreciação	(11.147)	(-) Pagamentos de principal	10.862
		(+) Juros de arrendamento	(4.714)
Saldo em 31/12/2020	80.648	Saldo em 31/12/2020	(87.008)
		Circulante	(12.309)
		Não circulante	(74.699)

Consolidado			
Direito de uso		Passivo de arrendamento	
Saldo em 31/12/2019	42.316	Saldo em 31/12/2019	(43.677)
(+) Adições	47.995	(+) Adições novos contratos	(47.995)
(+) Remensurações	3.709	(+) Remensurações	(3.709)
(-) Depreciação	(11.484)	(-) Pagamentos de principal	11.256
		(+) Juros de arrendamento	(4.752)
Saldo em 31/12/2020	82.536	Saldo em 31/12/2020	(88.877)
		Circulante	(13.189)
		Não circulante	(75.688)

A movimentação do direito de uso e do arrendamento a pagar em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

Controladora e Consolidado			
Direito de uso		Passivo de arrendamento	
Saldo em 01/01/2019	-	Saldo em 01/01/2019	-
(+) Adições	46.416	(+) Adições novos contratos	(46.416)
(+) Remensurações	-	(+) Remensurações	-
(-) Depreciação	(4.100)	(-) Pagamentos de principal	5.005
		(+) Juros de arrendamento	(2.266)
Saldo em 31/12/2019	42.316	Saldo em 31/12/2019	(43.677)
		Circulante	(4.706)
		Não circulante	(38.971)

24 Salários, ordenados e encargos sociais

O saldo de salários a pagar é referente a competência de dezembro de cada exercício. As provisões incluem férias, dissídio e bônus.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários a pagar	2.047	1.436	3.022	1.756
Provisões	7.354	5.374	8.999	6.536
INSS	1.567	921	2.303	1.163
FGTS	253	295	397	390
Outros encargos e contribuições	235	365	262	426
	11.456	8.391	14.983	10.271

25 Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Programa de regularização tributária (REFIS) (i)	2.587	2.543	7.645	7.690
Estaduais (ii)	-	-	1.398	1.790
Federais (iii)	-	-	5.005	1.026
FGTS	-	-	166	162
Municipais	-	-	-	36
	<u>2.587</u>	<u>2.543</u>	<u>14.214</u>	<u>10.704</u>
Circulante	290	250	1.670	1.485
Não circulante	2.297	2.293	12.544	9.219

- (i) Em 25 de agosto de 2017 foi efetuada a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária dos débitos previdenciários e demais débitos, das empresas Superfrio Armazéns Gerais Ltda, Cefri Armazenagem Frigorífica Ltda, e Superfrio Embaladora Ltda. cujas condições oferecidas foram o pagamento à vista de 5% (cinco por cento) do total do débito, dividido em 5 (cinco) parcelas, e o saldo residual parcelado em 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora, e de 40% (quarenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas.

Saldo a pagar na data base da controladora Superfrio Armazéns Gerais Ltda. R\$ 2.587 (R\$ 2.543 em 2019), saldo à pagar da empresa Cefri Armazenagem Frigorificada Ltda. R\$ 4.181 (R\$ 5.175 em 2019) e saldo a pagar da empresa Logmaster Logística Integrada Ltda. de R\$ 877, atual aquisição da Companhia, referente ao PERT IIIb.

- (ii) Parcelamento especial estadual PEP ICMS Rio de Janeiro da controlada Cefri Armazenagem Frigorífica Ltda. cujo saldo na data base é de R\$ 1.398 (R\$ 1.790 em 2019).
- (iii) A CEFRI também possui parcelamentos ordinários de PIS/COFINS processo N° PROC 10855-402146/2017-45 de 60 parcelas com 32 pagas, parcelamento ordinário previdenciário - RFB N° PARC 621191060 de 60 parcelas com 32 pagas, saldo de R\$ 731 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.026 em 2019) e a Logmaster Logística Integrada Ltda. referentes a parcelamentos previdenciários simplificados de 60 parcelas, 12 pagas, saldo a pagar de 4.274 em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas manteve a regularidade, e a pontualidade, no pagamento dos parcelamentos, assegurando a continuidade dos benefícios adquiridos quando de sua adesão.

26 Provisão para demandas judiciais

A provisão para fazer face às perdas consideradas prováveis em função de riscos tributários, trabalhistas e cíveis é constituída mediante julgamento da Administração e de seus consultores jurídicos. As provisões podem ser assim sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Riscos tributários (a)	181	448	14.833	2.652
Riscos trabalhistas e previdenciários (b)	1.133	1.089	2.617	4.478
	<u>1.314</u>	<u>1.537</u>	<u>17.450</u>	<u>7.130</u>

Abaixo a movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.362	12.362
Adição por aquisição de empresa provisões trabalhistas	-	4.143
Reversões provisões trabalhistas	(299)	(6.575)
Reversões provisões tributárias e administrativas	(526)	(2.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.537	7.130
Adição por aquisição de empresa provisões tributárias	-	13.350
Adição provisões trabalhistas	45	45
Reversões provisões trabalhistas	-	(1.816)
Reversões provisões tributárias e administrativas	(268)	(1.259)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.314	17.450

Comentários sobre os principais riscos registrados nas demonstrações financeiras:

- (a) **Tributários** - referem-se a questionamentos sobre determinados tributos incidentes sobre a operação da Superfrio.
- (b) **Trabalhistas e previdenciários** - referem-se a questionamentos por entenderem que houve descumprimento por parte da Superfrio de algum dispositivo da Lei Trabalhista.

A Companhia e suas controladas possuem outras contingências passivas envolvendo questões fiscais, tributárias e trabalhistas no montante estimado em R\$ 11.925 (47 em 2019) na controladora e R\$ 19.137 (R\$ 2.997 em 2019) no consolidado. Em razão do estágio em que se encontram essas ações e em função dos consultores jurídicos considerarem possíveis as chances de êxito, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

27 Outras contas à pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aquisições à pagar (i)	48.729	38.911	48.307	38.723
Partes relacionadas (conforme nota explicativa nº 18)	7.592	6.685	-	-
Adiantamento de clientes	1.130	97	2.682	215
Outras contas à pagar	2.638	1.075	995	366
	60.089	46.768	51.984	39.304
Circulante	25.047	14.577	17.363	7.301
Não circulante	35.042	32.191	34.621	32.003

- (i) Refere-se aos saldos de aquisições à pagar de quotas da controlada Cefri no montante de R\$ 1.975 (R\$ 867 em 2019) líquido da “conta custódia” (“*escrow account*”), aquisição de quotas e imóvel da controlada Gelósia no montante de R\$ 28.381 (R\$ 33.600 em 2019), saldo referente à aquisição da BrCold no montante de R\$ 2.778 (4.444 em 2019) e saldo referente à aquisição da Logmaster no montante de R\$ 15.595. Os saldos das aquisições estão sendo corrigidos com base em 100% da variação positiva do CDI.

28 Ativos e passivos fiscais diferidos e corrente

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Controladora	Ativos		Passivos		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Provisão para contingência trabalhista	385	370	-	-	15	(199)
Provisão para contingência tributária	61	152	-	-	(91)	(179)
Provisão para bônus	1.303	542	-	-	761	69
Provisão para PECLD	174	105	-	-	69	(34)
Prejuízo fiscal e base negativa	9.974	3.328	-	-	6.646	3.328
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	10.871	10.871	-	550
Demais provisões	1.081	218	-	-	864	218
Total	12.978	4.715	10.871	10.871	8.264	3.753
(*) Compensação	(10.871)	(4.715)	(10.871)	(4.715)		
Líquido	2.107	-	-	6.156		

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Consolidado	Ativos		Passivos		Adição por aquisição de empresa		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Provisão para contingência trabalhista	478	1.302	-	-	-	-	(824)	(1.142)
Provisão para contingência tributária	288	652	-	-	4.519	-	(364)	(1.198)
Provisão para contingência cível	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Provisão para bônus	1.315	530	-	-	-	-	785	57
Provisão para PECLD	291	201	-	-	-	-	90	59
Prejuízo fiscal e base negativa	13.320	5.760	-	-	-	-	7.560	5.760
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	17.465	17.465	-	-	-	550
Demais provisões	2.995	1.102	1.905	-	-	-	(12)	1.102
Total	18.688	9.547	19.370	17.465	4.519	-	7.234	5.185
(*) Compensação	(11.514)	(9.201)	(16.033)	(9.201)	(4.519)	-	-	-
Líquido	7.173	346	3.337	8.264	-	-	-	-

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2020	2019
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(22.298)	58
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	<u>(3.248)</u>	<u>(10.847)</u>
Prejuízo ajustado	<u>(25.546)</u>	<u>(10.789)</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e da contribuição social calculado pela alíquota fiscal combinada	8.686	3.668
Adições	(11.028)	(781)
Exclusões	9.050	886
Outras diferenças dedutíveis / (tributáveis)	<u>1.556</u>	<u>(20)</u>
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>8.264</u>	<u>3.753</u>
Alíquota efetiva	32%	35%
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	8.264	3.753
	Consolidado	
	2020	2019
(Prejuízo) / lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(19.470)	(528)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e da contribuição social calculado pela alíquota fiscal combinada	6.620	180
Adições	(12.369)	(781)
Exclusões	11.507	886
Efeito da apuração do imposto de renda e contribuição social de controlada	-	4.074
Outras diferenças dedutíveis / (tributáveis)	<u>(322)</u>	<u>(20)</u>
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>5.436</u>	<u>4.339</u>
Alíquota efetiva	(28%)	822%
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(1.798)	(846)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	7.234	5.185

29 Patrimônio líquido – Controladora

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 165.100, representado por 2.783.428 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (R\$ 115.100, representado por 2.283.428 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 2019).

Em 29 de março de 2019, conforme ata de Assembléia Geral Extraordinária, houve aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 47.114 com emissão de 521.746 ações ordinárias nominativas.

Em 27 de junho de 2019 houve aumento de capital social da Companhia, conforme ata de Assembléia Geral Extraordinária, aprovando o aumento de R\$ 5.000 com emissão de 55.370 ações ordinárias nominativas.

Em 23 de agosto de 2019, houve aumento de capital social da Companhia, conforme ata de Assembléia Geral Extraordinária, aprovando o aumento de R\$ 7.900 com emissão de 87.486 ações ordinárias nominativas.

Em 27 de fevereiro de 2020, houve aumento de capital social da Companhia, conforme ata de Assembléia Geral Extraordinária, aprovando o aumento de R\$ 50.000 em moeda corrente com emissão de 500.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal já subscritos.

Em 25 de junho de 2020, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária (AGE) o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 11.111, sendo R\$ 543 mediante capitalização de créditos detidos a título de dividendos e R\$ 10.568 em moeda corrente, com emissão de 37.712 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, a serem integralizados.

Em 29 de setembro de 2020, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária (AGE) o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 50.607 em moeda corrente com emissão de 171.766 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, a serem integralizados. Até 31 de dezembro de 2020 os aumentos de capital aprovados não foram integralizados e a expectativa é de serem integralizados até o final do primeiro trimestre de 2021.

b. Reserva de capital

Decorre da parcela das debêntures vertidas para reserva de capital em 25 de novembro de 2016.

c. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros a destinar

Constituída em função do lucro do exercício após as distribuições para Reserva legal e dividendos, ficando a disposição da Assembleia Geral, até o limite de 100% do valor do capital social.

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 e Interpretação Técnica ICPC 10 na data de transição pela Companhia, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, classificado no passivo não circulante, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 15% do resultado do exercício após a constituição das reservas previstas em lei e no próprio estatuto.

Em 22 de abril de 2019, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 4.000, que já havia sido antecipado em 2018.

f. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria 118.181 (cento e dezoito mil, cento e oitenta e uma) ações ordinárias de sua própria emissão, adquiridas dos antigos acionistas não controladores até 31 de dezembro de 2020, pelo montante de R\$ 4.141 para futura alienação ou cancelamento.

30 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita de armazenagem	99.780	80.540	143.386	104.197
Receita de transporte	5.019	3.053	16.003	13.199
Receita de aluguel	28.656	18.490	30.514	18.937
Receita de industrialização	-	-	6.170	3.009
Receita de movimentação	-	-	-	9
Outras receitas da atividade geral	-	540	-	626
	<u>133.455</u>	<u>102.623</u>	<u>196.073</u>	<u>139.977</u>
Subtotal				
Impostos sobre vendas	(16.081)	(12.157)	(23.437)	(16.881)
Receita operacional líquida	<u>117.374</u>	<u>90.466</u>	<u>172.636</u>	<u>123.096</u>

31 Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários e encargos sociais	(49.403)	(44.621)	(69.244)	(56.958)
Depreciações e amortizações	(27.291)	(13.375)	(35.940)	(16.651)
Energia elétrica	(11.540)	(7.361)	(17.861)	(9.953)
Combustível e pedágio	(739)	(239)	(1.493)	(279)
Manutenção	(4.383)	(2.729)	(6.091)	(3.225)
Serviços de terceiros	(18.649)	(10.953)	(28.979)	(17.830)
Aluguel equipamentos e imóveis	(1.354)	(1.196)	(2.145)	(1.320)
Material de embalagem	(92)	(1.405)	(1.002)	(1.883)
Seguro patrimonial e frota	(1.459)	(1.125)	(1.949)	(1.581)
Outras despesas e custos (receitas)	(4.700)	(4.823)	(3.488)	115
	(119.610)	(87.827)	(168.192)	(109.565)
Classificado como:				
Custo dos serviços prestados	(86.473)	(64.788)	(135.859)	(84.756)
Despesas comerciais	(1.154)	(504)	(1.277)	(906)
Despesas gerais e administrativas	(33.871)	(22.709)	(34.645)	(24.813)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.888	174	3.589	910
	(119.610)	(87.827)	(168.192)	(109.565)

32 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras:				
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.477	1.920	1.571	1.959
Indenização (*)	2	-	3.509	55
Juros ativos	182	14	227	14
Outros	371	98	291	100
	2.032	2.032	5.598	2.128
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(15.810)	(11.357)	(16.232)	(11.958)
Juros sobre arrendamento mercantil	(4.600)	(2.266)	(4.632)	(2.266)
Impostos sobre operações financeiras	(94)	(496)	(184)	(496)
Outras despesas financeiras	(4.838)	(1.341)	(8.464)	(1.467)
	(25.342)	(15.460)	(29.512)	(16.187)
Despesas financeiras líquidas	(23.310)	(13.428)	(23.914)	(14.059)

(*) Ganho da ação judicial, referente ao empréstimo compulsório da Eletrobrás.

33 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Controladora	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo através do resultado - VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2020								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	55.866	-	-	55.866	-	55.866	-	55.866
	<u>55.866</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>55.866</u>	<u>-</u>	<u>55.866</u>	<u>-</u>	<u>55.866</u>
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	725	-	725	-	-	-	-
Outros investimentos	-	3.744	-	3.744	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	21.254	-	21.254	-	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	342	-	342	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>26.065</u>	<u>-</u>	<u>26.065</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Empréstimos financiamentos	-	-	105.396	105.396	-	98.545	-	98.545
Debentures	-	-	194.580	194.580	-	177.919	-	177.919
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	74.120	74.120	-	-	-	-
Arrendamento a pagar	-	-	87.008	87.008	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>461.104</u>	<u>461.104</u>	<u>-</u>	<u>276.464</u>	<u>-</u>	<u>276.464</u>

Controladora	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo através do resultado - VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2019								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	10.426	-	-	10.426	-	10.426	-	10.426
Outros investimentos	1.156	-	-	1.156	-	1.156	-	1.156
	<u>11.582</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.582</u>	<u>-</u>	<u>11.582</u>	<u>-</u>	<u>11.582</u>
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.083	-	2.083	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	14.514	-	14.514	-	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	3.353	-	3.353	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>19.950</u>	<u>-</u>	<u>19.950</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Empréstimos financiamentos	-	-	86.032	86.032	-	-	-	-
Debentures	-	-	50.056	50.056	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	55.145	55.145	-	-	-	-
Arrendamento a pagar	-	-	43.677	43.677	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>234.910</u>	<u>234.910</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Consolidado	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo através do resultado - VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2020								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	59.085	-	-	59.085	-	59.085	-	59.085
	<u>59.085</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>59.085</u>	<u>-</u>	<u>59.085</u>	<u>-</u>	<u>59.085</u>
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.305	-	1.305	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	29.664	-	29.664	-	-	-	-
Outros investimentos	-	3.744	-	3.744	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>34.713</u>	<u>-</u>	<u>34.713</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Empréstimos financiamentos	-	-	108.494	108.494	-	101.452	-	101.452
Debêntures	-	-	194.580	194.580	-	177.919	-	177.919
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	70.774	70.774	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	-	-	88.877	88.877	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>462.725</u>	<u>462.725</u>	<u>-</u>	<u>279.371</u>	<u>-</u>	<u>279.371</u>

Consolidado	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo através do resultado - VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2019								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	11.521	-	-	11.521	-	11.521	-	11.521
Outros investimentos	1.156	-	-	1.156	-	1.156	-	1.156
	<u>12.677</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.677</u>	<u>-</u>	<u>12.677</u>	<u>-</u>	<u>12.677</u>
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.231	-	2.231	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	21.876	-	21.876	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>24.107</u>	<u>-</u>	<u>24.107</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Empréstimos financiamentos	-	-	86.032	86.032	-	-	-	-
Debentures	-	-	50.056	50.056	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	50.557	50.557	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	-	-	43.677	43.677	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>230.322</u>	<u>230.322</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores justos.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2020.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e suas controladas possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e,
- Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

As políticas de concessão de crédito a clientes são definidas pela Administração e a concessão dos limites é aprovada pelos comitês de crédito conforme alçadas definidas nas referidas políticas. A utilização desses limites de crédito é monitorada constantemente. As vendas para clientes são liquidadas por meio do pagamento de títulos na rede bancária. Em 31 de dezembro de 2020, por característica do negócio, as prestações de serviços estão concentradas em 5 grandes clientes do setor de agronegócios e alimentício, perfazendo 63,7% do total das receitas com prestações de serviços na controladora e 46,8% no consolidado.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	56.592	12.509	60.390	13.752
Outros investimentos	3.744	1.156	3.744	1.156
Contas a receber de clientes	21.254	14.514	29.664	21.876
Empréstimos com partes relacionadas	342	3.353	-	-
	81.932	31.532	93.798	36.784
Circulante	77.846	27.409	90.054	36.014
Não circulante	4.086	4.123	3.744	770

Foram analisados os valores recebidos dos últimos 3 anos para se encontrar as taxas médias de recebimento dos recebíveis vencidos de acordo com o idade e utilizado a média dessas taxas para efetuar a provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia e suas controladas utilizam de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas têm como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

2020						
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Controladora						
Fornecedores e outras contas a pagar	74.120	76.025	27.530	10.542	21.707	16.246
Empréstimos e financiamentos	105.396	107.834	21.113	81.575	5.146	-
Debêntures	194.580	266.751	22.498	40.426	123.607	80.220
Arrendamento a pagar	87.008	106.676	18.419	18.786	49.280	20.191
	<u>461.104</u>	<u>557.286</u>	<u>89.560</u>	<u>151.329</u>	<u>199.740</u>	<u>116.657</u>
Circulante	88.036	89.560	89.560	-	-	-
Não circulante	373.068	467.726	-	151.329	199.740	116.657
2019						
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Controladora						
Fornecedores e outras contas a pagar	55.145	55.145	22.954	10.966	21.225	-
Empréstimos e financiamentos	86.032	88.480	78.390	6.085	4.005	-
Debêntures	50.056	65.450	10.069	10.069	30.208	15.104
Arrendamento a pagar	43.677	68.584	7.653	8.159	25.891	26.881
	<u>234.910</u>	<u>277.659</u>	<u>119.066</u>	<u>35.279</u>	<u>81.329</u>	<u>41.985</u>
Circulante	109.804	119.066	119.066	-	-	-
Não circulante	125.106	158.593	-	35.279	81.329	41.985
2020						
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Consolidado						
Fornecedores e outras contas a pagar	70.774	71.983	31.926	10.542	21.707	7.808
Empréstimos e financiamentos	108.494	111.057	22.808	82.513	5.736	-
Debêntures	194.580	266.751	22.498	40.426	123.607	80.220
Arrendamento a pagar	88.877	108.643	19.366	19.573	49.513	20.191
	<u>462.725</u>	<u>558.434</u>	<u>96.598</u>	<u>153.054</u>	<u>200.563</u>	<u>108.219</u>
Circulante	87.632	96.598	96.598	-	-	-
Não circulante	375.093	461.836	-	153.054	200.563	108.219

2019						
Consolidado	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	50.557	50.557	18.554	10.778	21.225	-
Empréstimos e financiamentos	86.032	88.480	78.390	6.085	4.005	-
Debêntures	50.056	65.450	10.069	10.069	30.208	15.104
Arrendamento a pagar	43.677	68.584	7.653	8.159	25.891	26.881
	230.322	273.071	114.666	35.091	81.329	41.985
Circulante	105.404	114.666	114.666	-	-	-
Não circulante	124.918	158.405	-	35.091	81.329	41.985

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e de suas controladas eram:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	55.866	10.426	59.085	11.521
Outros investimentos	3.744	1.156	3.744	1.156
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	105.396	86.032	108.494	86.032
Debêntures	194.580	50.056	194.580	50.056

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Controladora	Exposição 31/12/20	Risco	Cenários									
			Provável	Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%		
Ativos financeiros												
Aplicações	55.866	CDI	1,9	1.061	2,38	1.327	2,85	1.592	1,43	796	0,95	531
Outros investimentos	<u>3.744</u>	CDI	1,9	<u>71</u>	2,38	<u>89</u>	2,85	<u>107</u>	1,43	<u>53</u>	0,95	<u>36</u>
Total dos ativos financeiros	<u>59.610</u>			<u>1.133</u>		<u>1.416</u>		<u>1.699</u>		<u>849</u>		<u>566</u>
Passivos financeiros												
Capital de giro	(105.396)	CDI + 3,72%	1,9	(867)	2,38	(2.503)	2,85	(3.004)	1,43	(1.502)	0,95	(1.001)
2ª Emissão Debêntures	(45.634)	IPCA	4,52	(2.063)	5,65	(2.578)	7,91	(3.610)	3,39	(3.094)	2,26	(2.063)
3ª Emissão Debêntures	(100.107)	CDI + 2,6%	1,9	(1.902)	2,38	(2.378)	2,85	(2.861)	1,43	(1.427)	0,95	(951)
4ª Emissão Debêntures	<u>(48.839)</u>	INPC + 7,02%	5,45	<u>(2.662)</u>	6,81	<u>(3.327)</u>	8,18	<u>(3.993)</u>	4,09	<u>(1.996)</u>	2,73	<u>(1.331)</u>
Total dos passivos financeiros	<u>(299.976)</u>			<u>(7.493)</u>		<u>(10.786)</u>		<u>(13.459)</u>		<u>(8.019)</u>		<u>(5.346)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>(6.361)</u>		<u>(9.370)</u>		<u>(11.760)</u>		<u>(7.169)</u>		<u>(4.779)</u>

- Fonte: As informações do CDI foram extraídas da base da Cetip e as informações do IPCA e INPC retiradas da base do IBGE, com a data-base do último dia útil de dezembro de 2020.

Consolidado	Exposição 31/12/20	Risco	Cenários									
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
Ativos financeiros												
Aplicações	59.085	CDI	1,9	1.123	2,38	1.403	2,85	1.684	1,43	842	0,95	561
Outros investimentos	3.744	CDI	1,9	71	2,38	89	2,85	107	1,43	53	0,95	36
Total dos ativos financeiros	62.829			1.194		1.492		1.791		895		597
Passivos financeiros												
Capital de giro	(105.396)	CDI + 3,72%	1,9	(867)	2,38	(2.503)	2,85	(3.004)	1,43	(1.502)	0,95	(1.001)
2ª Emissão Debêntures	(45.634)	IPCA	4,52	(2.063)	5,65	(2.578)	7,91	(3.610)	3,39	(3.094)	2,26	(2.063)
3ª Emissão Debêntures	(100.107)	CDI + 2,6%	1,9	(1.902)	2,38	(2.378)	2,85	(2.861)	1,43	(1.427)	0,95	(951)
4ª Emissão Debêntures	(48.839)	INPC + 7,02%	5,45	(2.662)	6,81	(3.327)	8,18	(3.993)	4,09	(1.996)	2,73	(1.331)
Total dos passivos financeiros	(299.976)			(7.493)		(10.786)		(13.459)		(8.019)		(5.346)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(6.299)		(9.294)		(11.668)		(7.124)		(4.749)

- Fonte: As informações do CDI foram extraídas da base da Cetip e as informações do IPCA e INPC retiradas da base do IBGE, com a data-base do último dia útil de dezembro de 2020.

Superfrio Armazéns Gerais S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020

Controladora	Exposição 31/12/19	Risco	Cenários									
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros												
Aplicações	10.426	CDI	5,95	620	7,44	775	8,93	931	4,46	465	2,98	310
Outros investimentos	1.156	CDI	5,95	69	7,44	86	8,93	103	4,46	52	2,98	34
Total dos ativos financeiros	11.582			689		861		1.034		517		345
Passivos financeiros												
Nota promissória	(30.199)	CDI	5,95	(1.797)	7,44	(2.247)	8,93	(2.697)	4,46	(1.347)	2,98	(900)
Debêntures	(50.056)	CDI	5,95	(2.978)	7,44	(3.724)	8,93	(4.470)	4,46	(2.232)	2,98	(1.492)
Total dos passivos financeiros	(80.255)			(4.775)		(5.969)		(7.167)		(3.579)		(2.392)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(4.086)		(5.108)		(6.133)		(3.062)		(2047)

Consolidado	Exposição 31/12/19	Risco	Cenários									
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros												
Aplicações	11.521	CDI	5,95	685	7,44	857	8,93	1.028	4,46	514	2,98	343
Outros investimentos	1.156	CDI	5,95	69	7,44	86	8,93	103	4,46	52	2,98	34
Total dos ativos financeiros	12.677			754		943		1.131		566		377
Passivos financeiros												
Nota promissória	(30.199)	CDI	5,95	(1.797)	7,44	(2.247)	8,93	(2.697)	4,46	(1.347)	2,98	(900)
Debêntures	(50.056)	CDI	5,95	(2.978)	7,44	(3.724)	8,93	(4.470)	4,46	(2.232)	2,98	(1.492)
Total dos passivos financeiros	(80.255)			(4.775)		(5.971)		(7.167)		(3.579)		(2.392)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(4.021)		(5.028)		(6.036)		(3.013)		2.015

Fonte: As informações do CDI foram extraídas da base da Cetip, com a data-base do último dia útil de dezembro de 2019.

34 Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia e de suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia e de suas controladas para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Gestão de capital				
Total do passivo	478.445	258.296	516.118	272.827
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(56.592)	(12.509)	(60.390)	(13.752)
(=) Dívida líquida (a)	421.853	245.787	455.728	259.075
Total do patrimônio líquido (b)	221.110	185.144	221.110	185.144
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	1,91	1,33	2,06	1,40

35 Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada de acordo com o CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e em suas controladas e saldos em poder de bancos.

b. Ativo imobilizado

Durante o exercício de 2020, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 120.425 (R\$ 105.264 em 2019). Pagamentos em caixa de R\$ 59.853 (R\$ 47.562 em 2019) foram feitos para aquisição de imobilizado e R\$ 11.572 e R\$ 49.000 (R\$ 29.702 e R\$ 28.000 em 2019) foram adquiridos utilizando-se recursos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, respectivamente.

Durante o exercício de 2020, a Companhia e suas controladas adquiriram ativo imobilizado ao custo total de R\$ 127.435 (R\$ 146.282 em 2019). Pagamentos em caixa de R\$ 66.530 (R\$ 88.580 em 2019) foram feitos para aquisição de imobilizado e R\$ 11.905 e R\$ 49.000 (R\$ R\$ 29.702 e R\$ 28.000 em 2019) foram adquiridos utilizando-se recursos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, respectivamente.

c. Movimentações nos empréstimos e financiamentos e Debêntures – controladora e consolidado

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	Financiamentos e Debêntures	Financiamentos e Debêntures
Saldo em 31 de dezembro de 2018	87.199	87.199
Variações dos fluxos de caixa de financiamentos		
Captação de empréstimos	108.900	108.900
Pagamento de empréstimos	(60.186)	(60.186)
Pagamento de juros	(12.373)	(12.373)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamentos	36.341	36.341
Outras variações		
Provisão de juros e encargos	12.548	12.548
Total das variações nos fluxos de caixa operacional	12.548	12.548
Saldo em 31 de dezembro de 2019	136.088	136.088
Variações dos fluxos de caixa de financiamentos		
Captação de empréstimos	258.161	258.161
Pagamento de empréstimos	(95.485)	(118.872)
Pagamento de juros	(16.081)	(17.468)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamentos	146.595	121.821
Outras variações		
Provisão de juros e encargos	17.293	17.627
Total das variações nos fluxos de caixa operacional	17.293	17.627
Outras variações que não afetam caixa		
Combinação de negócios	-	27.538
Total das outras variações que não afetam caixa	-	27.538
Saldo em 31 de dezembro de 2020	299.976	303.074

d. Classificação dos juros de empréstimos e juros de arrendamento

O Grupo optou por classificar os pagamentos da parcela do principal de arrendamento e os pagamentos da parcela dos juros sobre empréstimos como atividades de financiamento.

36 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para o estoque de mercadorias de terceiros por sua responsabilidade, tais como: seguro de edificações, máquinas e equipamentos, mercadorias, seguro D&O, transporte e responsabilidade civil.

A cobertura máxima corresponde ao valor máximo das coberturas para diversas localidades seguradas. A suficiência da cobertura de seguros foi determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

37 Eventos subsequentes

Entrada do aporte no montante de R\$ 52.005 na data de 15 de março de 2021 referente ao aporte total de R\$ 61.718 aprovado conforme AGE realizada na data de 25 de junho de 2020 e 29 de setembro de 2020, creditado em conta corrente no dia 15 de março de 2021.

* * *

Diretoria

Francisco Carlos Borges de Assis Moura
Diretor Presidente

Alexandre Augusto Brandão
Diretor Financeiro

Contador

Leonardo Teixeira Morais
Contador - CRC/SP nº 1SP 295640/O-3